



ELECTRICIDADE
DE MOÇAMBIQUE, E.P.

**SELECÇÃO DE CONSULTORES PARA BENEFICIÁRIOS DE FINANCIAMENTO DA
AGÊNCIA FRANCESA DE DESENVOLVIMENTO (AFD) COM A UNIÃO EUROPEIA (UE)
FUNDOS DELEGADOS - PROGRAMA PROLER**

CONVITE PARA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

MOÇAMBIQUE

**ASSISTÊNCIA TÉCNICA À EDM E ARENE PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROJECTOS DE
ENERGIAS RENOVÁVEIS**

SERVIÇOS DE CONSULTORIA

MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

1. A Electricidade de Moçambique, EP ("EDM") recebeu um financiamento da Agência Francesa de Desenvolvimento ("AFD"), delegada pela União Europeia ("UE"), para custear o Programa de Leilão de Energias Renováveis (PROLER). Esses fundos são destinados à preparação de projectos eólicos e solares fotovoltaicos ("PV") a serem desenvolvidos através de uma abordagem de Produtor Independente de Energia ("IPP"). A EDM pretende usar parte dos fundos para custear a contratação da Assistência Técnica para o Desenvolvimento de Projectos de Energias Renováveis (solar e eólica) através de um processo competitivo cujo objectivo é de atrair investidores privados e desenvolver projectos de energias renováveis com custos mais baixos.
2. O PROLER tem como objectivo principal a preparação de instrumentos técnicos, financeiros e respectivo quadro legal para o lançamento de projectos de energias renováveis (solar e eólica) através de processos competitivos e desenvolver capacidades nas entidades públicas envolvidas no sector energético (MIREME, ARENE e EDM) para que o Governo de Moçambique tenha plena capacidade de gerir os concursos de projectos de Energias Renováveis (ER) no final do PROLER.
3. Os Serviços de Assistência Técnica (AT) terão a duração de três (3) anos, sediada na EDM e ARENE a tempo inteiro e / ou parcial pelo que o Consultor se incumbirá essencialmente em apoiar a EDM (nas áreas técnicas, ambientais e sociais, aspectos económicos e financeiros) e ARENE (para os aspectos de concurso e contratações), na implementação dos projectos do programa PROLER, três centrais solares fotovoltaicas de média dimensão em Dondo (provincia de Sofala), Manje (provincia de Tete) e em Lichinga (provincia de Niassa), com capacidade de 40 MWp cada, a serem interligadas à rede eléctrica nacional e desenvolvidas no regime de IPP.
4. Neste sentido, a Electricidade de Moçambique "EDM" convida os consultores elegíveis a manifestarem o seu interesse na prestação dos Serviços acima descritos.
5. O presente Convite Para Manifestação de Interesse está aberto a: *Empresas de Consultoria*
6. Os critérios de elegibilidade para o financiamento da AFD são especificados na subcláusula 1.3 das "Diretrizes de Aquisições para Contratos Financiados pela AFD em Países Estrangeiros", disponível online no site da AFD: <http://www.afd.fr>.

7. Cada Concorrente deverá submeter apenas uma candidatura, em seu próprio nome ou como membro de uma Joint Venture (JV). Se um concorrente (incluindo qualquer membro da JV) submeter ou participar de mais de uma proposta, todas essas propostas serão rejeitadas. No entanto, o mesmo Subconsultor pode participar em várias propostas.
8. Se o concorrente for uma JV, a manifestação de interesse deverá incluir:
 - Uma cópia do Acordo JV celebrado por todos os membros,ou
 - Uma carta de intenção em estabelecer um Acordo de JV, assinada por todos os membros juntamente com uma cópia da Acordo entre ambos,

Na falta deste documento, os demais membros serão considerados Subconsultores.
9. As qualificações e experiências dos Subconsultores não são tidas em consideração na avaliação das propostas.
10. Os Concorrentes interessados devem fornecer informações que comprovem que são qualificados e experientes para executar esses Serviços. Para o efeito, devem ser apresentadas provas documentais de serviços recentes e semelhantes.
11. A determinação da similaridade das experiências basear-se-á na respectiva pertinência em relação aos serviços a executar, conforme acima descritos.
12. Em particular, espera-se que os Concorrentes apresentem experiência anterior em contratos cujas características sejam semelhantes a um ou mais dos seguintes critérios, conforme aplicável, relativamente a contratos concluídos nos últimos oito (8) anos:
 - Pelo menos três (3) serviços de consultoria relevantes concluídos ou substancialmente concluídos, relacionados com projectos de energias renováveis integrados a rede eléctrica desenvolvidos segundo uma estrutura de Produtor Independente de Energia (IPP) ou Parceria Público-Privada (PPP); OU, pelo menos, três (3) serviços de consultoria concluídos ou substancialmente concluídos, incluindo pelo menos um contrato de consultoria com um valor contratual igual ou superior a 250.000 EUR.
 - Pelo menos um (1) serviço de consultoria que tenha envolvido a preparação e/ou implementação de um processo de contratação pública internacional competitiva, incluindo a preparação de documentos de pré-qualificação ou de Pedido de Propostas, a avaliação de candidaturas ou propostas, a selecção do proponente preferencial e/ou o apoio durante as negociações.
 - Pelo menos dois (2) serviços de consultoria que tenham envolvido a estruturação técnica, jurídica e financeira de um projecto IPP, incluindo a preparação ou negociação de acordos essenciais do projecto, tais como um Contrato de Compra e Venda de Energia, um contrato de concessão ou de implementação, um acordo de ligação à rede, um acordo de accionistas ou mecanismos de garantia.
 - Pelo menos um (1) serviço de consultoria que tenha prosseguido até à adjudicação do contrato, às negociações com o proponente preferencial e/ou ao fecho financeiro.
 - Pelo menos um (1) serviço de consultoria que tenha envolvido a integração ou monitoria de requisitos ambientais e sociais num projecto de infra-estruturas ou de energias renováveis integrados a rede eléctrica, financiado por uma instituição financeira internacional.
 - Capacidade comprovada, individualmente ou através dos membros do consócio, para disponibilizar, de forma integrada, competências técnicas, financeiras, jurídicas, de contratação e ambientais e sociais.
 - A experiência em Moçambique ou em países Africanos de língua portuguesa e a capacidade institucional comprovada para trabalhar em português serão consideradas uma vantagem, mas não constituirão um critério de qualificação obrigatório.

- Os Concorrentes deverão indicar, para cada referência: o cliente, o país e o local, as datas de execução, o tipo e a capacidade do projecto, o âmbito detalhado dos serviços, a fase atingida pelo processo de contratação ou pela transacção, o valor total do contrato de consultoria, a quota-parte do Candidato e a sua função efectiva quando o trabalho tiver sido executado em consórcio, bem como se o trabalho foi concluído ou substancialmente concluído

13. A selecção dos Concorrentes a incluir na lista restrita obedecerá às regras abaixo definidas:

- O Concorrente deverá possuir pelo menos uma experiência em cada critério; caso contrário, a candidatura será desqualificada.
- A classificação dos Concorrentes baseia-se no maior número de experiências relevantes para cada critério.
- No caso de um Consórcio, as experiências de todos os membros serão somadas para obtenção do total combinado.

14. Para cada experiência apresentada pelo Candidato, o avaliador deverá assinalar as caixas correspondentes aos critérios cumpridos pela experiência (por exemplo: “√”).

Nome do Candidato:

	[Critério 1] ¹	[Critério 2]	[Critério 3]	[Critério 4]	[Critério 5]	[Etc.]
[Experiência A] ²	√				-	
[Experiência B]		√			-	
[Experiência C]				√	-	
[Etc.]	√		√		-	
Total ³						

15. Nesta fase, a EDM não analisará os CV dos perfis dos especialistas.

16. De entre as candidaturas apresentadas, a EDM elaborará uma lista restrita com um máximo de seis (6) Concorrentes, aos quais será enviado o Pedido de Propostas para a execução dos Serviços.

17. As Manifestações de Interesse deverão ser apresentadas no endereço abaixo indicado até às 11h00, hora local, do dia 22 de Setembro de 2026.

Electricidade de Moçambique

Direcção de Energias Renováveis
Avenida Zedequias Manganhela, Nr 83, 3º Andar – Esquerdo,

Maputo - Moçambique

Tel: (+258) 820916430

¹ Cada coluna de critérios deve reflectir a lista de experiências similares indicada no Pedido de Manifestação de Interesse, nomeadamente: (i) natureza dos serviços, (ii) especialização técnica e (iii) localização.

² Cada linha deve corresponder a uma experiência distinta apresentada na candidatura.

³ O “total” de cada coluna indica o número de experiências que cumprem o respectivo critério.

18. As Manifestações de Interesse poderão igualmente ser enviadas por correio electrónico para o seguinte endereço: EDM.DER@edm.co.mz. As Manifestações de Interesse apresentadas electronicamente deverão ser no formato de ficheiros não editáveis (formato PDF), com dimensão não superior a 10MB.
19. O Cliente confirmará, no prazo de 24 horas, a recepção de cada ficheiro de Manifestação de Interesse recebido no endereço electrónico acima indicado. Na ausência de confirmação do Cliente no prazo de 24 horas após o envio do ficheiro da Manifestação de Interesse, o Concorrente deverá solicitar ao Cliente a confirmação da respectiva recepção.
20. Os Concorrentes poderão solicitar esclarecimentos, por escrito, através do endereço electrónico abaixo indicado, até cinco (5) dias úteis antes do prazo-limite para a recepção das Manifestações de Interesse.
 - EDM.DER@edm.co.mz Correio electrónico: EDM.DER@edm.co.mz.
21. O Cliente responderá por escrito aos pedidos de esclarecimento, publicando as respostas nos mesmos meios utilizados para a publicação inicial do Pedido de Manifestações de Interesse, sem identificar a entidade que solicitou os esclarecimentos.

**Appendix to The Request for Expressions of Interest
(To be submitted with the application, signed and unaltered)**

Statement of Integrity, Eligibility and Environmental and Social Responsibility

Reference name of the Bid/Proposal/Contract signed⁴ _____ (the “**Contract**”)

To: _____ (the “**Contracting Authority**”)

1. We recognize and accept that Agence Française de Développement (“**AFD**”) only finances the projects of the Contracting Authority subject to its own conditions, as set out in the Financing Agreement that directly or indirectly binds it to the Contracting Authority. The Contracting Authority retains exclusive responsibility for the preparation and implementation of the procurement process and performance of the Contract. Consequently, no legal exists between AFD and our company, our joint venture, and our subcontractors. The Contracting Authority may also mean the Client, Employer or Purchaser, as the case may be, for the procurement of works, goods, plants, equipment, consulting services , or non-consulting services.
2. We hereby certify that neither we, nor any person acting on our behalf,⁵ nor any of the members of our joint venture, nor any of our subcontractors, are in any of the following situations:
 - 2.1 Being bankrupt, wound up or ceasing our activities, having our activities administered by the courts, having entered into receivership, or being in any analogous situation arising from any similar procedure;
 - 2.2 Having been, within the past five years, subject to a final administrative sanction, a final conviction issued by a competent authority, or any other non-court resolution⁶ having notably an extinctive effect on public action, either (i) in the country where we are constituted, (ii) in the country of performance of the Contract, (iii) in the context of the procurement or performance of an AFD-financed Contract, (iv) pronounced by a European Union institution, or (v) pronounced by a competent authority in France, for:
 - a) Prohibited Practices, as defined in Article 6.1 below, or for any other offence committed in the context of the procurement or performance of a Contract (in the event of such sanction, conviction or non-court resolution, we may attach additional information to this Statement of Integrity, such as a compliance program, showing that we (or the person acting on our behalf, the member of our joint venture, or our subcontractor) consider that this sanction, judgement or non-court resolution is not relevant in the context of the Contract, where applicable);
 - b) Participation in a criminal organization, terrorist offences or offences related to terrorist activities, child labor, or other offences related to human trafficking;
 - c) Having created an entity in a different jurisdiction (i) with the the intention of avoiding tax or social obligations, or any other legal obligation applicable in the jurisdiction of its registered office, central administration or principal place of business, or (ii) for being an entity created with the intention of avoiding such obligations;
 - 2.3 Having been subject within the past five years to a Contract termination fully settled against us for significant or persistent breach of our contractual obligations during the performance of the Contract, unless this termination was challenged and dispute resolution is still pending or has not confirmed a full settlement against us;

⁴ In the case of a Contract already signed to be refinanced.

⁵ Directors, (including any person who is a member of the administrative management or supervisory body, or with powers of representation, decision or control), employees, or agents (be them declared or not).

⁶ Including the Judicial Public Interest Agreement (CJIP), a decision following an Appearance on Prior Recognition of Guilt (CPRC), a negotiated resolution agreement, or any other similar form of transaction terminating criminal proceedings.

- 2.4 Having been declared ineligible by one of the multilateral development banks signatories to the Mutual Recognition Agreement of 9 April 2010⁷ (in the event of such ineligibility, we may attach additional information to this Statement of Integrity showing that we consider that such ineligibility is not relevant in the context of the Contract, where applicable);
 - 2.5 Not having fulfilled our fiscal obligations relating to the payments of our taxes or social contributions in accordance with the legal provisions of our country of incorporation or of the country of the Contracting Authority;
 - 2.6 Having created falsified documents or committed misrepresentation when providing the information requested by the Contracting Authority in the context of the procurement and award process for this Contract.
3. We hereby certify that neither we, nor any party acting on our behalf⁸, nor any members of our joint venture, , , nor any of our subcontractors, nor any of our direct or indirect shareholders, nor any of our subsidiaries acting with our knowledge or consent:
 - a. Are directly or indirectly subject to, controlled by a person or an entity subject to, or acting in the name or on behalf of a person or entity subject to **individual sanctions measures** adopted by the United Nations, the European Union and/or France;
 - b. Are directly or indirectly subject to, controlled by a person or an entity subject to, or acting in the name or on behalf of a person or entity subject to **sectoral sanctions measures** adopted by the United Nations, the European Union and/or France;
 - c. Are ineligible for the implementation of the Project owing to any other international sanctions measures pronounced by the United Nations, the European Union or France.
 4. We hereby certify that neither we, nor any party acting on our behalf,² nor any of the members of our joint venture, nor any of our subcontractors, are [nor have been (*in the case of refinancing for a Contract already awarded*)] in any of the following situations of conflict of interest:
 - 4.1 Being a shareholder controlling the Contracting Authority or a subsidiary controlled by the Contracting Authority, unless the resulting conflict of interest has been brought to the attention of AFD and resolved to its satisfaction.
 - 4.2 Having business or family relations with a member of the Contracting Authority's services involved in the procurement process or the supervision of the resulting Contract, unless the resulting conflict of interest has been brought to the attention of AFD and resolved to its satisfaction;
 - 4.3 Controlling or being controlled by another applicant, bidder or consultant, or being under common with another applicant, bidder or consultant, receiving subsidies from another applicant, bidder or consultant, or granting subsidies to another applicant, bidder or consultant, directly or indirectly, having the same legal representative as another applicant, bidder or consultant, maintaining direct or indirect contacts with another applicant, bidder or consultant allowing us to (i) have given and/or give access to information contained in our respective applications, bids or proposals likely to distort competition (ii) influence them, or (iii) influence the decisions of the Contracting Authority;
 - 4.4 Being engaged for a consulting services mission which, by its nature, is or may be in conflict with the mission envisaged for the Contracting Authority;
 - 4.5 Having prepared ourselves, being or having been associated with a natural or legal person who has prepared, specifications, terms of reference or other documents that have been used for the procurement process in question, and that contain provisions likely to favor an application, bid or proposal;
 - 4.6 Having or having had access to, having prepared ourselves, being or having been associated with a natural or legal person who has or has had access to or prepared, specifications, plans, calculations, studies, or other documents that have not been communicated to all the

⁷ World Bank, Inter-American Development Bank, African Development Bank, Asian Development Bank, and European Bank for Reconstruction and Development.

⁸ Directors, (including any person who is a member of the administrative management or supervisory body, or with powers of representation, decision or control), employees or agents (be them declared or not).

applicants, bidders or consultants in the context of the present procurement procedure, and which thereby confer us an unfair competitive advantage;

- 4.7 In the case of a procurement procedure for works, plants, equipment or goods, having been selected ourselves or proposed to be selected (or any of our subsidiary companies having been or being proposed to be selected) to carry out supervision or inspection of the services in the context of this Contract.
5. If we are a state-owned entity or a public enterprise, to participate in a competitive procurement process, we certify that we have legal and financial autonomy and that we operate under commercial laws and regulations.
6. In the context of the procurement and performance of the Contract:
 - 6.1 Neither we, nor any party acting on our behalf,² nor any members of our joint venture, nor any of our subcontractors, have committed or shall commit a Prohibited Practice as defined in the document entitled “AFD Group’s Policy to Prevent and Combat Prohibited Practices” available on AFD’s Website.⁹
 - 6.2 Neither we, nor or any party acting on our behalf,² nor any members of our joint venture, nor any of our subcontractors, shall acquire or provide [have acquired or provided (*in the case of refinancing for a Contract already awarded*)] in sectors subject to an embargo by the United Nations, the European Union or France.
7. We hereby undertake to, and we undertake to ensure that any party acting on our behalf,² any members of our joint venture, and any of our subcontractors undertake to:
 - 7.1 Comply with the environmental standards recognized by the international community, including the international conventions for the protection of the environment and, in particular, take all reasonable steps to avoid or limit negative effects on vegetation, biodiversity, soils, groundwater and surface water, and on persons and property resulting from pollution, noise, vibration, traffic and other effects resulting from our activities, in accordance with the laws and regulations applicable in the country of performance of the Contract.
 - 7.2 Implement measures to mitigate environmental and social risks when they are indicated in the environmental and social management plan provided by the Contracting Authority, and ensure that the emissions, surface discharge and effluents produced by our activities respect the limits, specifications or requirements applicable to the Contract.
 - 7.3 Respect the rights of workers related to wages, working hours, rest periods and vacations, overtime, minimum age, regular payments, compensation and benefits, in accordance with the standards recognized by the international community, including the fundamental conventions of the International Labour Organization (ILO), in accordance with the laws and regulations applicable in the country of performance of the Contract; indicate these elements in a document annexed to the employment contracts of our employees and made available to the Contracting Authority; and respect and facilitate the rights of workers to organize themselves and set up a complaints management mechanism for direct or indirect workers.
 - 7.4 Implement practices for non-discrimination and equal opportunities, and ensure the prohibition of child labor and forced labor.
 - 7.5 Keep a record for each member of the local staff recording the hours worked by each person, the type of work, the wages paid and the training undertaken, and ensure that these records are available at all times to be inspected by the Contracting Authority and the authorized representatives of the government, in accordance with the laws and regulations applicable to the protection of personal data in the country of performance of the Contract.
8. We, any party acting on our behalf,² the members of our joint venture, our subcontractors, our direct or indirect shareholders, and our subsidiaries, authorize AFD to conduct investigations and, in particular, inspect the documents and accounting records relating to the procurement and performance of the Contract, including, but not limited to, our internal processes and rules related to the respect of international sanctions pronounced by the United Nations, the European Union and/or France, and to have them verified auditors appointed by AFD.

⁹ For informational purposes, this policy can be accessed via the following link: <https://www.afd.fr/en/combating-corruption>.

9. We declare that we have paid, or that we shall pay, the commissions, benefits, fees, gratuities or charges relating to the procurement procedure or the performance of the Contract to the following third party/parties (for example, an intermediary/agent)(*):

Name of beneficiary	Contact details	Purpose	Amount (indicate the currency)

(*): If no amount has been paid or is to be paid, indicate "None".

10. We undertake to promptly inform the Contracting Authority, which shall inform AFD, of any change of circumstance regarding the sections above, including in case of any sanctions or embargo measures adopted by the United Nations, the European Union and/or France, after we have signed the present Statement.

Name: _____ In the capacity of: _____

Duly empowered to sign in the name and on behalf of:¹⁰ _____

Signature: _____

Dated: _____

¹⁰ In the case of a joint venture, insert the name of the joint venture. The person signing the bid, proposal or application on behalf of the bidder, consultant or applicant, shall attach a power of attorney from such bidder, consultant or applicant.